



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 570/2014	DATA: 14/5/2014	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h6min	TÉRMINO: 16h9min	PÁGINAS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte.
SILVIA GIUGLIANI - Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO

Discussão sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o turismo sexual.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Declaro aberta a 60ª reunião desta Comissão.

Ata.

Tendo em vista distribuição de cópia da ata da reunião anterior a todos os presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu peço dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Liliam Sá.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico que a Ministra Ideli Salvatti informou que, por motivo de incompatibilidade de agenda, não poderá participar. Para representá-la, a Sra. Silvia Giugliani, Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ordem do Dia.

Audiência pública com os seguintes convidados, a quem convido para tomar assento à mesa: Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte; e a Sra. Silvia Giugliani, Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esta audiência decorre de um acerto entre esta CPI, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte com o objetivo de construir uma agenda de planejamento das ações para enfrentar os casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes nas categorias de base das escolas de futebol.



Passo a palavra ao Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, por até 20 minutos.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Boa tarde!

Obrigado pelo convite. Minha fala aqui vai ser um pouco complementar ao que fizemos há 15 dias. O acerto feito na época foi que nós tínhamos uma reunião para montar, talvez, um cronograma de ação em função desse problema específico do futebol.

Eu conversei ontem com a CBF, conversei com o Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Rubens Lopes, com alguns clubes, e vou ser sucinto em função do que já foi conversado há 15 dias: que nós deveríamos ter um cronograma com a CBF, as federações, os clubes e, evidentemente, com o Ministério do Esporte, para, conjuntamente, fazermos um cronograma de visitas ou de convocações para que possa ser feita uma campanha institucional sobre esse assunto.

O problema que eu vejo é em função de faltarem só 29 dias para a Copa do Mundo, e foi a questão que a CBF colocou. Não sei se vocês repararam, em vários jogos do Campeonato Brasileiro, os cartazes contra o racismo e uma série de coisas. Uma proposta que eu faria a esta Comissão é que isso fosse usado nos jogos do Campeonato Brasileiro e que fosse feito um movimento entre essas quatro instituições para tentar resolver esse problema, que é muito grave e que acontece muito em áreas mais distantes dos grandes centros, em alguns casos, e sem aquiescência dos clubes. Então, talvez seja o caso de nós exigirmos dos clubes uma responsabilidade maior em relação às escolinhas — que eles se tornem responsáveis.

Queria colocar outro problema aqui, correlato, não é necessariamente direto, que é a questão dos clubes para exportação de jogadores, de menores. É um assunto que depois poderia ser objeto de alguma discussão. Mas acho que, no cronograma, na proposta que eu fiz há 15 dias, e conversando com a CBF e com a Federação do Rio, que se mostrou extremamente interessada nesse assunto, e com os próprios clubes, seria o caso de a CPI, evidentemente, com a ajuda do Ministério do Esporte, montar um cronograma, não sei se de visitas de membros da CPI à CBF, ou chamar o Presidente da Comissão de Clubes, que é o Vilson Ribeiro, do



Coritiba; alguma coisa que possa unir esses grupos hoje tão dispersos. E acho importante colocar na conversa também, talvez não seja tanto o resultado, mas o Bom Senso Futebol Clube como representante dos jogadores. Inclusive lembrando, mais uma vez, que o Dida, goleiro do Inter, que é um dos líderes do Bom Senso, passou — ele não passou, ele denunciou — por um problema relativo a isso, quando era goleiro do Vitória, ainda nas categorias de base. Então, é uma pessoa que talvez desse um bom depoimento sobre esse assunto.

Basicamente, acho que é isso. Esgotamos um pouco, entre aspas, o assunto, mas essa é a proposta que eu fiquei de trazer, já que conversei com a CBF, com a Federação, e há apenas esse problema que eu coloquei para a Deputada, que a própria CBF me passou, de estarmos a 29 dias da Copa do Mundo, o que complica um pouco as coisas.

Basicamente, é isso.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu posso fazer uma pergunta? Será que haveria condições de, no dia 22, termos algum representante do Rio? A CPI vai estar em diligência no Rio de Janeiro, no dia 22. Poderíamos já adiantar alguma coisa, fazer uma reunião com...

O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Eu acho fundamental vocês terem contato com o Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Rubens Lopes. Eu me proponho a dar os contatos e a fazer contato. Eu precisava que vocês me passassem o que vai ser no Rio. Eu já conversei com ele, inclusive, sobre isso, na quinta-feira passada, e acho fundamental e importantíssimo, porque institucionaliza um pouco. Essa não é uma luta solitária. Na verdade — só para citar para a Deputada, para vocês —, o Brasil, hoje, tem mais ou menos 620 clubes. Com a Lei Pelé, que foi regulamentada no ano passado, foram colocadas várias obrigatoriedades às categorias de base dos clubes para eles se transformarem num clube formador. Portanto, se o jogador é vendido, ganha-se dinheiro.

Para se ter ideia — esse dado foi passado aqui pelo presidente dos empresários, se não me engano —, há três audiências atrás, apenas 22 clubes fizeram os quesitos junto à CBF, junto às federações para se transformarem em



clubes formadores. Clube formador é uma forma de garantia de que esses meninos que estão nesses clubes tenham escola, acompanhamento, uma série de coisas que eu acho fundamental nesse processo. Isto está na regulamentação da Lei Pelé.

Então, eu estava conversando com o Presidente da Federação do Rio, o Rubinho, e ele me dizia: “*Olha, Toninho, a situação atual é a seguinte: 22 clubes conseguiram fazer aquilo, e a CBF deu*” — não sei se a federação ou a CBF, desculpem-me — “*o Certificado de Clube Formador*”. O Rio de Janeiro tem um, que é o Nova Iguaçu. E os grandes clubes do Rio?

Então, é importante a gente trabalhar em cima disso, porque é uma garantia da Lei Pelé de que o clube é corresponsável por isso. Claro que algumas escolinhas não vão ter, ou vai ser mais difícil. Mas a Federação do Rio é fundamental nesse processo.

Então, eu me coloco à disposição de vocês. Peça para alguém me ligar, Deputada, e eu faço contato e converso com o Rubinho. Não vejo problema, não. Inclusive já conversei com ele sobre isso. E que possamos sempre fazer isso. E vamos, talvez, marcar com a CBF. A CBF é no Rio. Não sei que dia cai dia 22.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É quinta-feira.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Normalmente, o Presidente da CBF está nas segundas-feiras no Rio de Janeiro. Eu acho que seria necessário vocês — aliás, nós, se vocês quiserem, se eu conseguir, por causa da Copa — colocarem essas instituições como corresponsáveis desse processo. Se se tem uma escolinha onde está escrito “Flamengo”, o Flamengo é responsável. É preciso deixar bem claro que eles passam a ser responsáveis. Se tiver o nome do Zico, seja lá de quem for, essas escolinhas são responsáveis. A gente conseguiria reduzir, talvez, drasticamente algum tipo de exploração nessa escolinha, que tem uma chancela. A chancela representa obrigação. A gente já conseguiria alguma coisa, porque o que os clubes fazem muito...

E aí há outro lado — por isso que eu estou falando um pouquinho que é preocupante, o Ministério do Esporte até está com essa ideia, no segundo semestre —, que é a questão dos empresários e do fundo de investimento.

Hoje se constrói clubes com o claro intuito de exportar jogadores, vários jogadores não nesta Copa do Mundo, mas em outras Copas. (*Ininteligível*), que



jogava na Bélgica, saiu do Maranhão com 15 anos — e outros jogadores que nunca jogaram no Brasil. Quer dizer, então, que existe um problema não necessariamente de exploração sexual, mas há possibilidade de. Então, é a velha história que a gente tem conversado muito aqui da prevenção e não do depois. A gente está muito no depois. Está na hora de a gente fazer uma prevenção e pôr corresponsáveis pelos assuntos. Por exemplo, se é a Escolinha do Flamengo, é o Flamengo que é responsável.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está o.k.

V.Exa. quer fazer alguma pergunta, Deputada Keiko?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Bom, eu quero só ratificar a ausência da Presidente da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Deputada Erika Kokay, que não se encontra no momento, está fora da Câmara.

Dando continuidade, passo a palavra à Sra. Silvia Giugliani, por 20 minutos.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Boa tarde a todos.

Eu comentava antes com o Secretário que o importante é a garantia dessas pautas nesta Casa e nas outras Casas de Brasília. Brasília é a sede e tem que, cada vez mais, construir esta comunicação e um espaço para além do debate, da formulação de avanços na política para garantir os direitos.

Então, aqui já foi justificada a ausência da Ministra. O assunto está diretamente vinculado a minha área. Como todos ouviram, sou Silvia Giuliani, sou Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Nós podemos transitar em todas as áreas, e aí eu vou pedir compreensão a vocês. Talvez eu não trate, diretamente, só da questão do esporte. Vou tratar dessa questão indiretamente, quando a gente chegar ao cenário da Copa do Mundo.

Mas, escutando, ocorreu-me uma boa forma de começar fazendo o *link* com o esporte. Eu li, recentemente, não sei se há 1 ou 2 dias, que o Neymar e o Daniel Alves são parceiros na campanha de enfrentamento à violência sexual, no denuncie. Então, isso é também um caminho. Cada vez mais, a busca desse lugar de cidadania, a busca de constituir uma sociedade responsável e garantidora dos direitos das nossas crianças e adolescentes é fundamental.



Ao dizer sobre crianças e adolescentes, nós estamos falando da população adulta, nós estamos falando da população idosa, porque é esse o processo, sim, nós estamos falando do Estatuto da Criança e do Adolescente e, com isso, não estou me dispersando. Talvez seja ato para eu me manter sempre desperta, que é o que eu vou pedir a vocês.

Como a gente vive esse momento? A gente vive esse momento permanecendo sensível, permanecendo atenta. Aí eu entro um pouco com o mote da campanha da Secretaria de Direitos Humanos, mas eu estou falando aqui pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Secretária Angélica, se tivesse tido oportunidade, também estaria aqui fazendo essa interlocução, mas como o assunto veio direcionado para a área do enfrentamento à exploração sexual, foi indicada a minha presença aqui e espero poder dialogar com as questões que serão colocadas.

Eu acho importante situarmos a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela conta com várias áreas de enfrentamento, tais como a violência sexual, o convívio familiar e comunitário, medidas socioeducativas, programas de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte e fortalecimento dos conselhos.

Com isso, eu citei o panorama, de forma aberta, de como nós compreendemos o lugar da infância. Ele é multifacetado. Não dá para termos um foco e fazer aquilo e fazer muito bem, mas fazer de forma que aconteça descolado de um contexto maior. Por isso eu acho que a questão do esporte é um contexto que exige a nossa atenção, com a qual vamos dialogar, mas temos que sempre trabalhar, enquanto interlocutores da política pública, de forma abrangente, que dê conta do cenário. De qual cenário? Do desenvolvimento de crianças e adolescentes de forma plena. Este é o cenário, é a vida. É da vida que se trata.

Eu começo a falar, sempre falo isso, que é tudo muito simples. Meu Deus do céu! É tudo tão simples que se permanecêssemos mais diretamente vinculados aos processos simples, imediatos, próximos dos nossos territórios, certamente, não estaríamos testemunhando um Disque 100, que é um dos nossos instrumentos, registrando índices altos, significativos de exploração, de violência sexual. Na



realidade, vou me referir a todas as explorações, à violência em geral e à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Bom, eu falei da questão da campanha, eu falei de termos avançado, contando com atores sociais importantes no campo e fora do campo. O nosso campo é garantir direitos, o nosso time tem que ser toda a sociedade, e nós temos que começar a ser mais ofensivos no processo de enfrentar a impunidade. Eu digo isso relacionando claramente com algumas questões, e, quanto a isso, já tivemos apoio.

Nós fomos chamados pela Comissão, pela Deputada Erika Kokay, pela Deputada Liliam Sá, para a questão de algumas denúncias gravíssimas. E aqui vou dizer Coari, no Amazonas, porque não tem como não citar algumas questões que mostram um Brasil que eu acho que não queremos defender, que não podemos defender. Eu relatei isso com a impunidade, porque, em grande medida, às vezes, nós ficamos reféns de alguns momentos em que o processo não chega ao fim. O que é chegar ao fim? A responsabilização, o cumprimento de todos os passos que garantem que mesmo tendo acontecido uma experiência de violência ela não foi tolerada por nós, e foram cumpridos todos os passos do nosso marco legal, que assegura o cumprimento e a responsabilização de quem quer que seja envolvido no caso.

Mapeando um pouco o nosso programa, ele tem o Plano Nacional de Enfrentamento, que foi relido depois de 10 anos, ajustado e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA. E digo aqui que o CONANDA é um dos nossos interlocutores importantes, porque ele incide no desenvolvimento da política, e o Plano é o orientador das nossas ações. Nós estamos no momento de disseminar o Plano para Estados e Municípios. O que quero dizer com isso? Eu quero dizer que os Estados e os Municípios do Brasil inteiro devem ter seus planos estaduais e municipais. Nós não tiramos uma política do papel — não como esta pilha, não se preocupem com esta pilha, eu não vou trabalhar toda ela aqui; são dados, temos buscado alimentar os nossos dados; há dados do Disque 100, há detalhamento por Município — se não a carregarmos nem a desenvolvermos.



Então, se para nós da instância nacional é fundamental chegar ao território, chegar ao Município, esse mesmo movimento tem que estar garantido nas estruturas estaduais, para que chegue ao Município num certo nível de exigência, porque política pública deve ser exigida. Ela deve ser exigida por quem? Pela sociedade como um todo. Criança e adolescente devem ter a rede de atendimento de forma plena funcionando, não é ter os serviços com o horário aberto, é ter os serviços plenamente capacitados e com o processo de informação permanente, em serviço, para dar conta do que chega, que nada é simples, que nada é fácil. Isso nós sabemos.

Então, nós temos que instrumentalizar as equipes. E para isso eu digo que nós temos como uma grande estratégia o PAIR, que é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, já estamos em 509 Municípios. Isso basta? Não, isso está longe. Mas nós começamos a disseminar também essa estratégia.

Como outras estratégias nossas, nós temos a Comissão Intersetorial, que trabalha com nove Ministérios, com a sociedade civil e com organismos internacionais, com pautas que agreguem todos, e que nessa ação potencialize a nossa efetividade. É fundamental criarmos laços do trabalho em rede. Para isso, nós somos exigidos para o exercício do diálogo e da comunicação permanente. Se não é fácil para ninguém, não é fácil para nós também. Mas nós nos pautamos por esses espaços de interlocução.

Eu quero tratar de duas questões que, acho, se aproximam mais do foco da pauta aqui. E nós temos também na Secretaria de Direitos Humanos, articuladas como ações da Secretaria, mas só funcionariam se tivessem — e tiveram — a adesão de Ministérios, da sociedade civil e de organismos internacionais: a Agenda de Convergência para Grandes Eventos e a Agenda de Convergência para Grandes Obras. Acharmos mais correto dizer empreendimentos, porque a obra em si pode parecer que termina depois que termina a construção. Mas, na realidade, o empreendimento tem uma extensão.

Eu falo isso também vivendo um pouco o clima de Altamira, onde Belo Monte está sendo construída, e vivendo um pouco deslocamentos de trabalhadores que vivem ali da água do mar. E há o Movimento Xingu Vivo, onde a empresa... Não



existe o impedimento de a empresa se constituir, mas, nessa ação de empreendimentos, o processo tem que estar casado com a articulação com todos os atores locais: o Conselho de Direitos, a Prefeitura, o Estado, as associações, a comunidade, para que toda a sua presença não signifique o registro de mais violências, de mais violação.

Ouvimos de uma procuradora, nesse encontro que tivemos há 2 semanas, que a presença de crianças e adolescentes não é impedimento para a implantação e o desenvolvimento do Brasil nem para a construção de empreendimentos que vão significar o desenvolvimento, porque vão cuidar do povo e vão acessar ações, seja água, seja energia, seja o que for, mas ela não pode estar próxima nem colada na violação dos direitos, especialmente de crianças e adolescentes.

Então, essa agenda de grandes empreendimentos faz essa costura, e nós temos para ela o nosso dispositivo e instrumento, que é a declaração de compromisso. Nós começamos com quatro empresas, estamos com a declaração assinada por 158. Este é o Brasil também, este é o Brasil que estamos correndo atrás.

Na questão das grandes obras, Agenda de Grandes Eventos, nós estamos desenvolvendo há mais de 1 ano a Agenda de Convergência para Grandes Eventos. Grandes eventos: a Copa, o carnaval, São João. No Nordeste, São João é um grande evento. Não vamos desconhecer e desconsiderar a riqueza e a beleza das culturas que o Brasil teve a graça de receber. Então, houve a Copa das Confederações, que foi um pouco do experimento, há a Copa de 2014, as Olimpíadas, mencionando os megaeventos. Esse é um bom nome.

Nós nos reunimos da mesma forma: a nossa estratégia de composição é sempre chamar os Ministérios afetos ao tema — é lógico que o Ministério do Esporte compõe as ações —; a sociedade civil e as organizações internacionais. Nós estamos nos reunindo desde antes da Copa das Confederações. Fizemos um exercício, um teste, até porque a exigência seria um pouco menor do que a Copa de 2014, a Copa do Mundo, e, de lá, aprendemos algumas questões, tanto é que eu vou só sinalizar como estaríamos estruturados para a Copa do Mundo.

Cada uma das 12 cidades-sedes têm um comitê local, que é coordenado por uma representação do Estado e uma representação do Município, em geral a



Prefeitura da cidade-sede. Nós estamos presentes e ativos nas 12 cidades-sedes. Esse comitê tem que ter um plano de trabalho, de desenvolvimento, e prevê na área de infância a constituição de um plantão integrado, que é com o Ministério Público, com o sistema de Justiça, com as secretarias, com as políticas públicas afins para aquela demanda que eventualmente possa aparecer. A nossa grande questão, e aí eu faço coro com o que foi colocado, é a promoção dos direitos da criança.

Mas devemos estar prontos e plenamente constituídos na estrutura, na consistência da estrutura, para qualquer caso que aponte a violência ou a vulnerabilidade de um espaço. Aqui foi citado que nós temos eixos identificados e indicados como contextos de vulnerabilidade. Nós não vamos ficar esperando para ver se realmente ali vai dar um problema. Não. Nós temos que nos antecipar. Nós sempre temos que chegar antes da situação que constitui a violência. Nós temos condição de chegar antes. Nenhum de nós vai chegar perto se estiver sozinho.

Portanto, a Agenda de Convergência faz essa costura e trabalha na intensidade necessária, exigida, para dar conta de atender o sujeito. De quem nós estamos falando? De uma criança, de um adolescente, de um adulto, do cenário da infância e do adolescente, da rua e das denúncias. Nós estaremos presentes na Copa a partir de três interlocuções: da ouvidoria, do espaço da rua, como um espaço de existência, de interlocução, de permanência. A rua pode ser para uma criança a moradia ou sobrevivência, e aí na sobrevivência entra muito a questão da exploração do trabalho infantil. A própria violência como exploração sexual está diretamente vinculada ao trabalho infantil para alguns casos.

Esses espaços têm que estar com horário de plantão funcionando, articulação intersetorial. No mínimo, nós estamos falando educação, saúde, assistência e cultura. No mínimo. Cada cidade-sede tem um contexto, tem um território que vai dialogando.

Nós estamos indo mensalmente... Eu sou ponto focal de uma cidade-sede, e a Secretaria se organizou para, a partir dessas três faces, acompanhar, puxar, no sentido de estar lado a lado. Mas o lado a lado, em algum momento, dá conta de cobrar a existência do Plano, cobrar a existência da equipe, cobrar os horários, cobrar o ponto-referência. Quem eu chamo se tivermos problemas? Não adianta ter



um telefone que ninguém atenda, um lugar onde ninguém é encontrado, uma escola que só abre no turno inverso ao jogo. Isso não adianta.

Eu estou falando isso porque tenho 30 anos de experiência. A maioria desse meu tempo é com atendimento direto. Hoje eu falo de uma ação no campo da gestão, mas eu só posso falar que estou onde estou, por ter trabalhado direto na rua, atendendo e fazendo o que era necessário no tempo do sujeito. Era isso o que eu queria dizer, e não falar de mim. Nós temos que chegar ao tempo do pedido e da necessidade. Não dá para acertar uma fila de espera na hora da violência, não dá para acertar uma vaga que vai se criar talvez no ano que vem. Não dá! Nós estamos tratando da vida, nós estamos tratando do direito, nós estamos tratando de pessoas, de sujeitos, em momento peculiar e no tempo do desenvolvimento. E, a partir do Estatuto, que comemora 24 anos dia 13 de julho, as crianças são tratadas como prioridade absoluta.

Estive presente na audiência da violência obstétrica e disse: *“Nós estamos escrevendo a nossa história!”* Em geral eu digo isso, e não porque estou me repetindo; é porque eu acredito. Temos que avaliar e nos responsabilizar pela letra com que estamos escrevendo essa história. Com a letra do compromisso? Com a letra da cidadania, da solidariedade? Com que letra? Com a letra da impunidade, com a letra da submissão, com a letra do silêncio, com a letra do *“Bom, não é comigo. Então, eu sinto muito! É um horror! Mas eu sinto muito!”* Não é possível construir cidadania no Brasil e responsabilizar-se pela garantia dos direitos se não puxarmos para cada um de nós a responsabilidade de ser protagonista de um lugar que assegure os direitos humanos.

E aí, seguindo na minha linha de compartilhar as ações que estamos desenvolvendo, a Campanha Proteja Brasil começou com a exploração sexual e hoje se dirige a toda e qualquer violência vivida por criança e adolescente. Nós desenvolvemos em 2011 e 2012, e vamos retomar agora em 2014, com a Polícia Rodoviária Federal, o Projeto Mapear, que é a identificação nas rodovias federais do que vêm a ser os pontos de vulnerabilidade onde se constata a violência sexual. Não queremos uma lista. Estamos desenvolvendo um plano junto com a Polícia Federal, estamos falando aqui para cada vez haver mais aliados, de como vamos agir ponto a ponto. Cada ponto tem uma cidade, tem um interlocutor, tem uma rede.



Não dá para a Polícia Rodoviária chegar sozinha, sem o Conselho Tutelar, sem o “CREIAS”. Aqui vocês falam CREAS. Eu falo “CREIAS”, mas é o mesmo serviço. (Risos.) Não dá para chegar sozinho, não dá para chegar como se nosso trabalho fosse só identificar e contar de quem chegamos perto e não poder incidir na garantia do direito. O Projeto Mapear — é um programa, é permanente — foi e é um grande ganho nosso. Falei como prioridade absoluta.

Quero fazer um convite a todos vocês. Podemos começar por aí a nossa ação de ampliar as nossas redes, os nossos laços, as nossas parcerias. Nós estamos comemorando, dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. É um dia que infelizmente foi conquistado sustentando a morte de uma menina de 9 anos, em 1973. Olha o tempo! E ainda estamos tendo que registrar o Disque 100, de registrar quantos casos, e ainda não estamos plenos nas políticas públicas. Nós estamos muito melhores — isso até perguntaram em outro momento —, nós estamos avançando, sem dúvida nenhuma, com as políticas como o Sistema Único da Saúde, o Sistema Único da Assistência, como articulação, como a escola que protege. Hoje há muitas ações das políticas públicas, que não tínhamos, sendo desenvolvidas. Há 10 anos nós não tínhamos. Eu não estou me reportando a esse tempo... É que a política para crescer também precisa de um processo de permanência, de uma condição de, independente da gestão, constituir-se num processo de implementação. Nenhuma política segue sozinha, cresce sozinha, se não tivermos...

Em todas as nossas aproximações com o esporte, nós temos o Segundo Tempo, que são ações vinculadas envolvendo os adolescentes, autores de ato infracional. É somente isso que eles são, e nós estamos vivendo... Desculpe-me, mas eu vou mencionar aqui um momento delicadíssimo do debate do rebaixamento da idade penal, onde parece que a saída... Daqui a pouco, nós estamos prendendo criança. Se continuarmos desse jeito, nós vamos começar a prender criança. Não se trata disso, não se trata do rebaixamento. Trata-se de sermos efetivos, de a sociedade ser efetiva no momento em que a criança, o adolescente sinaliza um pedido. Onde nós estamos? É lógico. Um ato infracional não é a primeira coisa que ele faz na vida. A pergunta volta para nós: onde nós estamos? E é isso que nós temos trabalhado duro, com a implementação das unidades no SINASE. Já temos o



SINASE que não tínhamos antes. É um sistema nacional que trabalha pela socioeducação.

Voltando ao 18 de maio — eu faço isso o tempo todo, eu vou e volto, mas não desisto —, eu quero convidar todo mundo para — dia 18 nós vamos estar no Parque panfletando — estar, no dia 21 pela manhã, na Caravana Siga Bem, que sairá da FUNARTE, passará por todo o Eixo, voltará para o Parque da Cidade, onde haverá quase 2 mil crianças, porque o símbolo do 18 de maio é a revoada de balões em homenagem às crianças que foram vítimas.

Há crianças que estão conseguindo ter acesso a todos os seus direitos, cuidados e carinhos. Elas vão estar lá e vão se apresentar através de suas escolas. De tarde, estaremos aqui, no Auditório Nereu Ramos, aberto aos Parlamentares, aos convidados, aos Ministros, porque, na realidade, é fundamental que cada um se posicione. Eu não posso falar por ninguém. Eu hoje, claro, sou interlocutora, mas há aquele momento em que cada um tem que responder de que lugar está escrevendo essa história.

Temos também o Prêmio Neide Castanha, em sua quarta edição, em homenagem a uma grande guerreira no campo do enfrentamento à violência sexual. Vamos ter aqui o lançamento de camisetas feitas por adolescentes. É uma grife com a flor, que é o símbolo da Campanha Faça Bonito, que tem como *slogan* *Faça Bonito - Proteja nossas Crianças e Adolescentes*. É a forma como compomos com o Comitê. Então, é fundamental que estejamos juntos nos dias 21, 22 e 23. Na realidade, o dia se comemora todo o tempo. Nós temos que ser proativos nesse lugar de cidadania e fortalecer a sociedade brasileira no que diz respeito a cuidar de todos, e, neste momento, eu destaco as crianças e adolescentes.

Desculpe-me se eu ultrapassei o tempo. Ah, eu não falei do detalhe da Agenda. Mas eu falei em linhas gerais, porque, na realidade, a questão da Copa está vinculada à Agenda de Convergência para Grandes Eventos, e aí a Secretaria a desenvolve de forma permanente. Então, nós estaremos presentes em todas as cidades-sede. Agora eu me dei conta de que eu já compartilhei essa informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Sílvia, eu gostaria de perguntar a senhora como anda a parceria entre os Estados que sediarão a Copa do Mundo e o Projeto Proteja.



Quando a Ministra Maria do Rosário estava à frente da Secretaria, ela visitou todos os Estados, conversou com prefeitos e governadores. Como é que está? Vocês fizeram um pacto? Durante a Copa, como a Secretaria vai fiscalizar? Qual o projeto para os dias da Copa nos Estados que vão sediá-la?

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Todos os Estados assinaram o Termo de Compromisso. Isto já é um avanço, porque é uma forma de dar visibilidade. A mesma ferramenta nos ajuda a cobrar o que está pactuado. Ninguém foi obrigado a assiná-lo, mas todos assinaram. A partir da assinatura, existiu todo esse processo monitorado pelos encontros da Agenda que tem um Comitê Nacional que funciona e que articula as macroações. Este ano e desde o final do ano passado as cidades-sede vêm às reuniões. Então, todas as cidades-sede nós monitoramos com as nossas visitas aos Estados, com a vinda deles. Nós teremos, em 19 e 20, mais um encontro nacional. Fazemos essa diferença. É o encontro do Comitê Nacional, que é a representação de todos os componentes, e o Encontro Nacional da Agenda de Convergência. Com o foco da Copa, todas as cidades-sede vêm.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Teria como a CPI participar desse dia com vocês? Seria muito importante vir um convite oficial...

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Eu acredito que sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... para que a CPI pudesse estar presente nesse encontro. Aí a gente também já colocaria no nosso relatório final...

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Com certeza.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... a questão da Copa, do turismo.

Eles se comprometeram em fazer as campanhas? Estão todos comprometidos?

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Estão todos comprometidos no que diz respeito aos desdobramentos, de como vamos trabalhar com esse evento e fazer com que ele seja um impulsionador de boas práticas, de boas experiências...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vai ter plantão da Vara da Infância, do Conselho Tutelar?

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Vai ter plantão em todos os jogos, e nós estaremos presentes nos dias do jogo do Brasil que não for na cidade. Isso está



dentro do nosso calendário. Porque aí tem telão, tem as Fan Fests, tem aquela — eu não vou dizer muvuca (*riso*)... É a junção.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É a junção.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - É lindo o encontro. O problema não é o encontro. A questão é ele não ser um espaço que crie vulnerabilidade, fragilidade e um campo fértil das situações de violência se constituírem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de fazer outro pedido: que a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente estivesse também nesses jogos como fiscalizadores. Seriam os Deputados, as Deputadas que estão à frente desse trabalho. A Deputada Erika Kokay e eu somos coordenadoras...

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Nos comitês locais? No processo ali...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim. Locais.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Como a Secretaria sinalizou? Todas as cidades-sede têm uma representação da Secretaria, que pode ser acionada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E na Frente Parlamentar há um Deputado de cada um desses Estados. A gente pegar um Deputado desses Estados para poder reforçar isso também.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Só reforça.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode colocar isso como uma...

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Já coloquei. Já assinei.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O.k.?

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Então, nós estaremos nos jogos. A média são 4 horas antes do jogo e 4 horas depois. A isso tudo ficamos muito, muito ligados ali, naquele espaço. E aí vamos acompanhando as Fan Fests. Vamos estar no movimento gerado pelo jogo, incluindo os jogos do Brasil que não serão... Acho que isso é bem importante porque constitui o reconhecimento de momentos importantes para não deixarmos em aberto, não deixarmos superficial o processo de agir, sempre que for necessário.

Eu não sei se eu deixei em aberto alguma questão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não, porque se a Secretaria já tomou posição e está fiscalizando, é muito importante para nós. Está fazendo



reuniões com esses comitês que serão os comitês locais, que estarão ali, que serão fiscalizadores. Também acatou a nossa sugestão de estarem presentes os Deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos direitos humanos, de cada um desses Estados.

Para nós é muito importante porque a nossa preocupação é que vai ter, sim, muitos turistas, e precisamos trabalhar com a prevenção para que não aconteça o que aconteceu na África do Sul. As estatísticas mostraram que durante e após os jogos aumentou, em grande número, a exploração sexual de crianças e adolescentes e gravidez na adolescência.

Então, para a gente é muito importante fazer com que tenhamos uma Copa, mas as nossas crianças protegidas. Nós já ficamos aqui preocupados com a questão das férias, de as crianças ficarem soltas, os pais trabalhando. Nós sabemos que muitas mães não têm condições de deixar os filhos na creche, que não têm...

E eu queria fazer também uma sugestão — seria importante, pois isso foi feito na Bahia, não sei se daria tempo, porque só faltam 29 dias — à Secretária de Direitos Humanos. Nós estivemos com o Prefeito de (*ininteligível*) e ele — para essas pessoas que trabalham, que são ambulantes, camelôs durante a Copa e não têm onde deixar os filhos — está abrindo as escolas, colocando pessoas, voluntárias, para que essas crianças não fiquem dormindo no meio da rua, nem fiquem no meio da rua expostas, porque sabemos que a violência está em tudo que é lugar, e muitas crianças somem nessa época de grandes eventos.

Eu gostaria de pedir a vocês que copiassem esse modelo: para os pais credenciados na prefeitura que vão trabalhar, que as escolas municipais, as escolas estaduais abrissem um espaço para que os voluntários tomassem conta dessas crianças nos grandes eventos. É uma ideia que pode ser copiada. Deu certo na Bahia. Eles fizeram isso no carnaval e nos grandes eventos para proteger a integridade física dessas crianças.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - O plantão vai receber a situação da violência para atendimento, mas também para toda situação que demande retaguarda. Então, isto é possível. Naturalmente parte do campo que o comitê local vai ter que trabalhar.



Aí, com a tua fala, eu vou citar as violações que nós vamos buscar identificar sempre: violência sexual, exploração sexual, trabalho infantil, desaparecimento de crianças e adolescentes — isto já é uma questão —, consumo de álcool e outras drogas, ato infracional, violência letal, negligência e outros tipos de violência. Aí a questão de estruturar uma retaguarda grande. Uma coisa é o caso, o que ele precisa e tal, que são os plantões integrados. Outra coisa é ter uma retaguarda maior para dar conta do contexto naquele momento. Naturalmente, sem problema nenhum, gera outro momento, gera outra demanda, outra necessidade.

Aproveito para fazer uma citação: nós, em todas as cidades-sede, desenvolvemos o pacto do PAIR Copa. A maioria já o tinha, mas forçamos para garantir. Porque não adianta o caso, se ele não tiver rede para atender. Como vamos lidar com isso?

Então, a Copa acabou sendo um disparador de uma retomada, de uma esquentada de todas as nossas redes, e aí entram a familiar e comunitária, a exploração sexual, os ameaçados de morte, o ato infracional. Entram todas.

Outra questão que V.Exa. traz, que é fundamental, e para isso eu até trouxe dados, não é tão alto como, às vezes... Isso não diminui o problema. Para mim um caso é muito, um caso é muito. Mas também não queremos gerar um cenário em que as coisas não apareçam conforme elas acontecem. A gente fez uma tabela. Nas denúncias de violência sexual, eu consegui filtrar a violência no turismo. Então, envolvendo o tempo, o cenário e o contexto do turismo, porque não é dizer que todo o turista é uma ameaça. A gente também tem que cuidar disso. E não é por causa do que o Brasil perde... Mas é que não é assim.

Então, não vamos cultivar nenhum ruído nesse nosso canal de comunicação. E deu para ver: na conta, a exploração sexual no contexto do turismo tem uma incidência menos do que fica divulgado. Eu não tenho aqui o percentual e por isso não vou divulgar, porque é uma conta importante.

Mas eu queria dizer que a questão da exploração sexual no contexto do turismo está dentro do nosso cotidiano. Já está incorporada. Então, é natural que a gente sempre busque a questão de identificar, sempre que possamos. E para isso a gente tem uma parceria com o Ministério do Turismo que vale a pena ressaltar, porque eles estão fazendo oficinas, estão lidando com quem vai trabalhar agora na



Copa. Todos os negócios se multiplicam, os restaurantes, os bares, e estão trabalhando com quem vai trabalhar no tempo da Copa nesse conjunto de locais, de empreendimentos, que, ótimo — não é para não acontecer —, é para acontecer da forma correta. Então, tem que ter o cartaz, tem que ter a expressão de que é crime, de que violência sexual é crime. E a impunidade tem que ser parte do nosso passado. Eventualmente, tendo que falar disso, que seja parte do passado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com certeza. Eu vou ter que me ausentar. A Presidenta Erika Kokay não está e hoje a nossa Presidenta aqui é a Deputada Keiko Ota. Eu vou ter que sair porque estão me chamando em outra Comissão. Mas eu queria também falar da questão da prisão do Adail. O Adail está preso desde o dia 8 de fevereiro. Ele é acusado de chefiar uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi um trabalho incansável desta CPI. Nós estivemos umas quatro vezes no Amazonas ouvindo as pessoas e ficamos estarecidos com tudo o que nós ouvimos das vítimas, meninas que foram abusadas sexualmente.

E fico muito feliz porque o Desembargador Rafael Romano destacou que pretende julgar ainda este ano dois processos contra Adail Pinheiro, dos quais S.Exa. é o Relator. E um deles é sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e também o caso de estupro de vulnerável.

Então, eu fico muito feliz. É uma das grandes vitórias desta CPI. Nós tivemos várias vitórias: a prisão do Duduco, do Paraná, que foi encontrado no Rio de Janeiro; A prisão do Fernando Marinho de Melo, do caso das meninas desaparecidas; o caso do Adail Pinheiro mesmo; o caso também do Vereador de Três Corações, que foi preso em dezembro. Ele renunciou ao mandato, porque a coisa ficou muito pesada, e nós vimos em Três Corações a questão da impunidade. Ele fez o que fez, e a Câmara de Vereadores não cassou o mandato dele. Ninguém o levou para o Código de Ética, nada, nada foi feito. E foi uma orgia total, com o Secretário da Mesa, assessores, uma ONG envolvida que trazia meninas. Então, o caso dele também foi uma das nossas grandes vitórias. Casos de impunidade no Brasil são tremendos.

Na questão da Operação Estocolmo, nós ouvimos 19 pessoas envolvidas. Nós temos também o desdobramento do nosso trabalho, que gerou outra CPI estadual, no Amazonas. Isso é muito importante. É uma CPI que vai investigar. E eu



fico muito feliz, porque o projeto sobre exploração sexual é do Alfredo Nascimento, que é de lá, que está na pauta. Então, nós tivemos várias vitórias com este trabalho aqui em Brasília. Eu fico muito feliz. No dia 28, eu vou apresentar o relatório final. No caso dessa questão da escolinha de futebol, nós temos que achar um mote, nós temos que achar uma saída, porque nós não podemos deixar as coisas do jeito que estão, sem legislação, e essas crianças sendo abusadas, sendo traficadas de um Estado para o outro, porque isso é tráfico de pessoas. Não deixa de ser. Nós temos que achar uma solução. Vamos esperar essa questão da CBF. O Dr. Antônio vai marcar — se nós vamos conseguir falar com a Federação do Rio de Janeiro, no dia 22 — essa audiência, para que a gente possa traçar um rumo.

Peço também que a Secretaria dê atenção especial para as escolas de futebol. Dar uma atenção especial para tudo o que está acontecendo com essas escolinhas de futebol. E não só com as escolinhas de futebol, mas com todas as escolinhas de esporte no Brasil — também tem capoeira, tem escolinha de vôlei, todas essas escolinhas, porque o pedófilo aproveita dessa fragilidade, porque não há uma fiscalização, e ali ele começa a preparar o seu bote, a sua armadilha para trazer essas crianças que estão em situação de vulnerabilidade e abusar delas.

Então, eu peço que a Secretaria também tenha um olhar especial para essa questão das escolas de futebol quanto à exploração sexual, porque nós temos que combater ali na raiz. O mal está ali, e a gente tem que ir ali estancar o sangue, para que a gente tenha algum resultado, porque, senão, vão continuar do jeito que estão as coisas. Sem fiscalização, sem políticas públicas, sem um braço forte, uma lei, ninguém vai respeitar.

Por isso nós estamos trabalhando. Eu agradeço ao Dr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, pela sua grande contribuição, porque o senhor viu a necessidade também, junto com a gente aqui, de se fazer uma política própria para o segmento. Temos que fazer uma lei, ou melhorar a Lei Pelé. Temos que fazer fiscalizar, fazer com que ela funcione de fato e de verdade. E também eu agradeço à Sra. Silvia Giugliani, Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Eu agradeço à Dra. Sílvia por estar aqui.



Eu quero pedir à Presidenta que me afaste agora, dizendo que nós estaremos amanhã no Pará em audiência, em diligência. Nós temos que fechar aquela questão do Pará. Depois, no dia 22, estaremos no Rio de Janeiro. No dia 27 será o nosso grande evento. Nós vamos discutir as grandes obras para fechar. E, no dia 28, o relatório final, no qual eu estou trabalhando em cima. Está me dando uma dor de cabeça... É tanta gente para indiciar que eu vou dizer, hein? É muita gente para indiciar. Meu Deus! E a gente espera apresentar... Nós temos sugestões de alguns projetos de lei porque, durante a CPI, nós pudemos ver que existia brecha. Então, estamos modificando algumas leis já existentes, colocando algum artigo, e também fazendo leis novas para que venha minimizar o sofrimento de nossas crianças.

Mas eu continuo dizendo que enquanto esta Casa não tiver uma Comissão permanente dos direitos da criança e do adolescente, criança nunca vai ser prioridade no Brasil, porque primeiro ela tem que ser prioridade dentro desta Casa de Leis.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Para reforçar o pedido da nossa Relatora Liliam Sá, é de extrema importância essa questão da criança, no Brasil a exploração sexual de crianças superou o homicídio. Então, é inadmissível isso. Se nós não protegemos as nossas crianças, vai continuar essa violência, porque a criança nada mais é do que aquela criança que sofreu, viu a violência. E ela, quando chegar à idade adulta, vai externar essa violência de forma violenta, se prostituindo, se drogando ou tirando a vida do outro, como se a vida do outro não tivesse valor.

Eu gostaria de fazer uma pergunta à Sra. Silvia, reforçando o pedido da Relatora. Eu gostaria de saber se a senhora não acha importante a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com o Ministério do Esporte, aproveitar a Copa do Mundo para promover campanhas, a fim de acabar de vez com a exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente no âmbito do futebol. Ou será que deixaremos passar essa oportunidade?

Outra pergunta: a senhora acredita ser necessário acrescentarmos nas escolas ensino ou programa a fim de coibir a violência sexual contra crianças e



adolescentes, ou até mesmo ensinar a prevenir que nossas crianças venham a ser aliciadas para fins de exploração sexual?

É um pedido que faço, de extrema importância.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Antes de tratar das questões, eu queria registrar que, quando eu comecei a falar sobre o dia 18 de maio, e vim para cá no dia 21, eu disse tudo o que iria acontecer, havia uma questão que eu não podia deixar passar e que a Deputado Liliam Sá me devolve.

O Projeto de Lei nº 7.220 tem como foco *“classificar como crime hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes vulneráveis”*. Esse projeto foi aprovado hoje por unanimidade na Comissão de Seguridade Social, já tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde também foi aprovado. Ele está, até onde eu consigo registrar, para ser votado em caráter de urgência hoje. Isso, nós temos que comemorar. Isso é comemorar o 18 de maio.

Apesar de ainda não termos conseguido incidir antes, nós estamos tomando atitudes fundamentais para expressar de que lugar o Brasil fala da infância.

Eu concordo com que a estrutura tem que refletir a prioridade absoluta. Esse projeto de lei, neste momento, é a pauta vinculada ao Legislativo. E nós contamos com todos os aliados.

A Copa é um articulador, uma oportunidade de potencializar. Já temos desenvolvido ações conjuntas, acho que a campanha já existe — o Proteja Brasil já supera o combate à violência sexual por ser contra todas as violações. Além disso, os jogadores já se estão posicionando e dizendo, com o significado que tem a fala deles, que não se permita nenhum tipo de violência sexual. Eu acho que nós podemos pensar em desdobramentos para ampliar e fazer chegar a todos os lugares a campanha.

Deixem-me dizer uma coisa que descobri há pouco tempo. Eu me perguntei como chegar a todos os lugares do Brasil. Eu não consegui pensar em nada, mas me ajudaram: o correio chega. Não estou dizendo que nós temos que mandar pelos Correios, mas nós temos que nos juntar para fazer com que as campanhas avancem.



Acho que nós vamos ter que criar uma nova campanha, porque essa já teve a maturidade de absorver as outras violências, outras demandas sociais. Que o seu mote, no caso do 18 de maio, “Faça Bonito”, faça mesmo bonito.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Outro dia, o Juninho Pernambucano apareceu na televisão usando a camisa, e isso é muito melhor do que qualquer campanha, até porque é gratuito.

Isso que está sendo feito é interessantíssimo. Na verdade, o problema não é restrito ao esporte, nem é na Copa muito maior, mas vi o Juninho Pernambucano em programa da *TV Globo* com a camisa e achei sensacional.

A SRA. SÍLVIA GIUGLIANI - Em relação ao segundo ponto, eu acho que há uma coisa que já vem caminhando para ser exigida pela sociedade: a formação em direitos humanos como disciplina nas escolas. Esse processo vai colocar no cotidiano, tornando-as próximas e familiares, questões que hoje ainda estão muito distantes, questões só conhecidas por quem as vive, quando não pode ser assim.

Quando eu pergunto de que lugar falamos e interagimos, não interessa se é comigo, não interessa, eu não admito. E isso, nós temos que colocar no tempo da formação, nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio. Acho que nós permanecemos em formação por toda a vida. Não são os diplomas que nos dão sabedoria, porque também nas comunidades extremamente excluídas e expostas também há sabedoria — eu aprendi muito com elas e continuo aprendendo.

Então, uma das formas vai ser fazer acontecer a formação em direitos humanos desde dentro do espaço da educação. Isso envolve a escola, que protege, envolve nós continuarmos tratando disso no momento e, a partir desta instância, com o MEC.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Keiko Ota) - Obrigada, Dra. Silvia.

Quero agradecer a presença aos convidados, o Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, e a Sra. Silvia Giugliani, Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e comunico que haverá diligência, como diz nossa Relatora, nos Municípios de Belém e de Breves, no Estado do Pará, no próximo dia 16 de maio.

Declaro encerrada a presente reunião.